

A formação do campo ambiental: um resgate histórico do contexto nacional e amazônico

Luciana Miranda Costa
(NAEA/UFPA)

RESUMO: Este artigo aborda a questão ambiental do ponto de vista da formação histórica desse campo, de seus valores intrínsecos e de suas principais implicações sociais. Por se tratar de uma temática abrangente, o foco será centrado em dois assuntos de grande destaque nos contextos regional, nacional e internacional: os incêndios florestais e o desmatamento na Amazônia. Desta forma, será apresentado ao leitor um breve histórico do tratamento da questão ambiental nos últimos quarenta anos, com ênfase para o surgimento de instituições, profissionais e geração de conhecimentos específicos sobre a temática, assim como a chamada “crise ambiental” em diversos países. Além disso, serão abordadas as políticas governamentais no contexto nacional e amazônico, o “boom” ambiental na mídia nos anos 90 e a importância e dependência dos fundos de financiamento internacionais para instituições do campo ambiental no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Campo Ambiental, Amazônia, Desmatamento, Incêndios Florestais.

ABSTRACT: The aim of this article is to present the beginning and the evolution of the *environmental field* and its main institutions, professionals, values and relations with other social fields. The thematic focus will be the deforestation process and the forest fires in the Amazon. It will be present a brief history of the treatment that the environmental issues have had during the last forty years in many countries, specially in Brazil. Besides these, it will be shown the Brazilian governmental politics about environmental issues, the cover of the media and the importance and the dependence of the international financial funds to some governmental and non-governmental Brazilian institutions of the *environmental field*.

KEYWORDS: Environmental Field, Amazon, Deforestation, Forest Fires.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é parte integrante de uma pesquisa de doutorado defendida junto ao NAEA/UFPA em 2004⁵⁵. O objeto de estudo foram as campanhas de comunicação voltadas à prevenção de incêndios florestais na Amazônia. Essas campanhas, criadas ou intensificadas a partir de 1998, foram coordenadas por órgãos governamentais e não governamentais e direcionadas principalmente para os agricultores familiares. Sob um enfoque mais específico, mas fazendo referência a alguns dados da pesquisa empírica sobre as campanhas e ao referencial teórico/metodológico encontrado na obra de Pierre Bourdieu, pretendo abordar neste texto a questão ambiental do ponto de vista da formação histórica desse campo⁵⁶, de seus valores intrínsecos e de suas principais implicações sociais. Por se tratar de uma temática abrangente, o foco será centrado em dois assuntos de grande destaque nos contextos regional, nacional e internacional: os incêndios florestais e o desmatamento na Amazônia.

Na primeira parte será apresentado um breve histórico do tratamento da questão ambiental nos últimos quarenta anos, com ênfase para o surgimento de instituições, profissionais e geração de conhecimentos específicos sobre a temática, além da chamada “crise ambiental” em diversos países.

Em um segundo momento serão abordadas as políticas governamentais no contexto nacional, com destaque para a ênfase no “desenvolvimento econômico” em detrimento da “proteção ambiental”, que marcou os anos de ditadura militar. O “boom” ambiental na mídia nos anos 90 também será tratado nesta seção.

Já os dois últimos blocos tratam sobre a Amazônia, palco e objeto de muitos debates sobre meio ambiente e “desenvolvimento sustentável”, além de abordar a importância e dependência dos fundos de financiamento internacionais para muitas instituições do campo ambiental.

I – A FORMAÇÃO DO CAMPO AMBIENTAL

O Campo Ambiental vem se legitimando socialmente de modo mais intensivo há cerca de 40 anos. A preocupação pública pelos problemas de deterioração ambiental cresceu continuamente a partir da década de 60. Na década seguinte, essa preocupação pode ser percebida com ênfase no Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia e Austrália, atingindo seu ponto alto nos anos 80, quando envolveu mais amplamente a América Latina, a Europa Oriental, a ex-União Soviética e parte da Ásia. Como resultado, surgiram e desenvolveram-se organizações governamentais e grupos que defendem a proteção ambiental⁵⁷; além de instituições científicas; setores administrativos voltados para controle total da

qualidade com a incorporação do componente ambiental; um mercado consumidor verde; e tratados internacionais encarregados de equacionar os problemas ambientais (FERREIRA, 1998).

Vários acontecimentos marcaram a formação e o fortalecimento do campo ambiental, sem pretender fazer um levantamento exaustivo, tratarei a seguir dos principais.

Durante a década de 60, além da questão da poluição urbana e do uso indiscriminado de agrotóxicos, inseticidas e pesticidas, começaram a ganhar força os pressupostos malthusianos que relacionavam a degradação ambiental e a depredação dos recursos naturais com o aumento da população. Duas publicações embasaram esta tendência: de *The Population Bomb* (1966), de Paul Ehlich, e de *Tragedy of the Commons* (1968), de Garret Hardin.

Segundo Paul Ehlich, o crescimento da população do planeta estava ocorrendo de forma exponencial, o que levaria milhões de pessoas a passarem fome a partir das décadas de 70 e 80, uma vez que a capacidade humana de produzir alimentos estava quase esgotada e qualquer tentativa para intensificar ainda mais essa produção resultaria em uma devastadora degradação ambiental. O crescimento populacional também traria novas epidemias e uma guerra nuclear. Para Ehlich, a solução para esse impasse estava diretamente ligada a uma decisão moral: uma mudança no comportamento humano que reduzisse os índices de crescimento da população (McCORMICK, 1992).

Já em *Tragedy of the Commons*, o biólogo Garret Hardin afirmava que a destruição dos recursos naturais de uso comum era inevitável, em virtude da quantidade cada vez maior de pessoas a disputá-los. Para proteger os recursos naturais, Hardin defendia a privatização das áreas de uso coletivo ou o controle dessas áreas pelo Estado, pois as ações coletivas não seriam capazes de explorar os recursos de forma sustentável⁵⁸ (HARDIN, 1968). Refletindo estas preocupações, em 1971, o 1º relatório do *Clube de Roma* alertava para os limites do crescimento⁵⁹.

De modo geral, os anos 60 marcaram a crítica ao modelo industrial e ao progresso tecnológico (visto por muitos como alternativa para a melhoria da qualidade de vida), além de inserir a questão ambiental na pauta de discussões governamentais de muitos países (McCORMICK, 1992).

Na década de 70, apesar da crise energética (marcada pelo aumento dos preços do barril de petróleo) e da recessão econômica em muitos países, surgiram as primeiras legislações ambientais e foram criados órgãos de proteção ao meio ambiente. Em 1972, na Suécia, a Conferência de Estocolmo (promovida pela Organização das Nações Unidas) aprovou a *Declaração sobre o Ambiente Humano*, objetivando estabelecer uma visão global e princípios comuns para preservação ambiental. Na década seguinte foram publicados alguns trabalhos que destacavam

esta preocupação: *World Conservation Strategy* (1980) e *Our Common Future* (1987).

Neste período, os países mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos economicamente passaram a travar fortes debates em fóruns internacionais que trataram sobre a proteção ambiental. Esta passou a ser vista como um problema não mais local, nacional ou internacional, mas global. Além disso, meio ambiente e desenvolvimento econômico e social tornaram-se questões interligadas. Ganhou força a concepção de que a deterioração do meio ambiente não poderia comprometer a qualidade de vida das gerações futuras e de que se deveria buscar níveis mais equilibrados de desenvolvimento entre as nações (McCORMICK, 1992).

O conceito de desenvolvimento sustentável, lançado em 1979 em Estocolmo, ganhou impulso em 1987 com o Relatório Brundtland: "Our Common Future"⁶⁰. O desenvolvimento sustentável foi definido e difundido como um processo de mudança no qual a exploração de recursos e a orientação do desenvolvimento tecnológico e das mudanças institucionais teriam que levar em conta tanto as necessidades das gerações atuais como as das gerações futuras. O conceito também ressaltava o respeito à diversidade cultural dos povos, ao atendimento prioritário das necessidades essenciais dos pobres e as limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Além disso, ressaltava a necessidade de mudanças nas relações internacionais visando um controle eficaz sobre os recursos naturais dos diferentes ecossistemas. Ou seja, o desenvolvimento econômico precisaria incorporar variáveis não-econômicas: como educação e saúde, água e ar puro, e a proteção de belezas naturais. Desta forma, os governos e as instituições econômicas deveriam incluir o meio ambiente, sob o enfoque sustentável, no processo de tomada de decisões (CMMMD, 1998)⁶¹.

Em julho de 1990, o Grupo dos Sete Países Industrializados (G7) anunciou o *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil* (PPG-7), com um total de recursos de 1,6 bilhão de dólares⁶² (HOMMA, 2003, p. 196). Cerca de dois anos depois foi realizada no Rio de Janeiro a *United Nations Conference on Environment and Development* (Eco-92), reunindo 114 chefes de Estado para tratar de questões voltadas para o meio ambiente, além de centenas de ONGs e milhares de pessoas. Nesse encontro foram aprovados quatro documentos importantes que objetivavam orientar as ações dos governos e da sociedade civil: a "Agenda XXI", o "Protocolo sobre as Florestas", a "Convenção sobre a Diversidade Biológica" e a "Convenção sobre as Mudanças Climáticas Mundiais". A partir daí, reafirmou-se a busca por um novo equilíbrio entre agricultura e mercado, e a preocupação com os impactos que as atividades agrícolas poderiam causar ao meio ambiente, com a inclusão na agenda ambiental de novos temas para debate como biodiversidade, biossegurança, biotecnologia e bioética (ZELEDÓN, 1998, p.93).

Formou-se então durante as últimas décadas, a base institucional do campo ambiental e foram criadas as condições para a profissionalização de seus agentes, produtores e reprodutores da crença no valor da natureza, com o apoio de um conjunto de instituições de saber específico. Estas instituições condicionam, por exemplo, o funcionamento da economia dos *bens naturais*⁶³, convenções que negociam sobre o “preço” da proteção ou da conservação ambiental⁶⁴. Surgiram e se ampliaram departamentos específicos sobre o tema em instituições públicas e órgãos de representação de outros setores sociais (como por ex. sindicatos e associações empresariais), além de locais de contemplação e interação com a natureza (como p.ex. parques e reservas naturais). Também ganharam visibilidade e interesse social as instâncias de consagração referentes ao meio ambiente (premiações⁶⁵) e de reprodução dos produtores e dos consumidores ambientais (como p.ex. cursos específicos em universidades e turismo ecológico).

Enfim, cada vez mais se formaram agentes especializados (analistas ambientais, consultores, técnicos em meio ambiente e gestores ambientais) dotados das atitudes objetivamente exigidas pelo campo e de categorias de percepção e de apreciação particulares, capazes de propor e, em alguns casos, impor, uma medida específica do valor da proteção e da destruição ambiental.

Vale observar, no entanto, que os agentes e instituições estão sempre em concorrência interna dentro dos campos para aumentar sua cota de *capital simbólico*⁶⁶ e sua posição dentro do próprio campo, ou seja, seu *poder simbólico*⁶⁷. O campo ambiental não foge à regra e o Protocolo de Kyoto, como ressaltado por Fearnside, tem sido um exemplo bastante profícuo, além de recente. Observe-se na citação abaixo, como o *habitus institucional*⁶⁸ é um elemento essencial nas diferentes visões que disputam hegemonia quanto à inclusão ou não do desmatamento evitado nas cotas de pagamentos previstas pelo protocolo, através do chamado *Mecanismo de Desenvolvimento Limpo* (MDL)⁶⁹.

O lugar da conservação das florestas tropicais nos esforços para combater o efeito estufa se tornou uma fonte de discordância acentuada entre organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas, e também, embora elas não gostem de admitir isto, entre os seus próprios membros. (...) Enquanto o debate é freqüentemente colocado em termos científicos e com apelos para altos princípios universais, as posições dos diferentes partidários são melhor compreendidas em termos de pautas ocultas (...). As pessoas envolvidas nos debates sobre florestas no Protocolo de Kyoto raramente são conscientes das motivações subjacentes que afetam as várias posições, incluindo as suas próprias posições. A maioria das pessoas não está conscientemente promovendo uma pauta oculta enquanto, cinicamente, está declamando um argumento intelectual. As pessoas são simplesmente levadas pelo contexto social no qual elas vivem: em geral, praticamente todo

mundo que qualquer indivíduo conhece está em um lado do assunto, e os do outro lado são pintados nos termos mais negativos possíveis (FEARNSIDE, 2003, p. 94-95).

A seguir, fecharei um pouco mais o foco para o contexto brasileiro. O objetivo é abordar o surgimento e desencadeamento das principais políticas públicas voltadas para o meio ambiente no país, particularmente para as relacionadas ao desmatamento e às queimadas, observando suas motivações históricas.

II - AS POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL

Enquanto as questões ambientais ganhavam destaque principalmente na Europa e Estados Unidos na década de 60, no Brasil, os ideólogos do regime militar, preocupados em viabilizar a acumulação capitalista⁷⁰, davam ênfase ao aspecto econômico em detrimento da questão social ou ambiental.

Ao assumir o Ministério do Planejamento em 1964, Roberto Campos colocou em prática o *Programa de Ação Econômica do Governo* (PAEG), baseado nos princípios da *Teoria do Desenvolvimento Equilibrado*. Esta teoria recomendava a atuação do Estado dentro dos parâmetros do equilíbrio das contas públicas, com o uso controlado nos gastos do governo e uma política monetária mais convencional (LOUREIRO, 1997). Outro aspecto da *Teoria do Desenvolvimento Equilibrado* era a chamada “hipótese ambiental forte”, que pressupunha o domínio da economia sobre o meio-ambiente. “Equivale a dizer que o meio ambiente não existe” (PERRINGS, 1987, p. 4-5 apud MUELLER, 1988, p.75), ou seja, a questão ambiental não era uma preocupação relevante naquela concepção de desenvolvimento econômico⁷¹.

Na década seguinte, durante o Governo Médici, foram publicados anúncios em “jornais e revistas do primeiro mundo” convidando indústrias tidas como poluidoras em seus países de origem a se transferir para o Brasil, “onde não teriam nenhum gasto com equipamento antipolvente” (VIOLA, 1987, p.83). Neste mesmo período, a delegação brasileira na Conferência Internacional de Meio Ambiente de Estocolmo (1972) argumentava que as preocupações com a defesa ambiental “mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear a ascensão de países em desenvolvimento” (posição endossada por outros países do Terceiro Mundo). (FERREIRA, 1998, p.84).

Os delegados brasileiros reconheceram a crescente ameaça da poluição ambiental, mas sugeriram que os países desenvolvidos pagassem pelos esforços dessa purificação. A ausência de leis ou normas de organização da política ambiental brasileira, aliada ao baixo custo de sua mão-de-obra no mercado de

trabalho mundial, constituíam-se em fortes atrativos econômicos com os quais o Brasil posicionava-se na geopolítica internacional (FERREIRA, 1998, p.84).

Também na Conferência de Estocolmo o Brasil não concordou com a implementação de medidas de controle populacional baseadas na idéia de que haveria uma relação direta entre o crescimento populacional e a exaustão de recursos naturais. A posição brasileira foi de que a soberania nacional (principalmente no caso da Amazônia) “não poderia ser sujeitada em nome de interesses ambientais mal-definidos” (FERREIRA, 1998, p.81). Viola observa que até o fim do regime militar os movimentos ecológicos tiveram muito pouca influência no debate político global sobre o futuro da sociedade brasileira (VIOLA, 1987).

A Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), primeira agência governamental nesta área, foi criada em 1974 pelo presidente Ernesto Geisel, com atribuições voltadas para a conservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais. A secretaria tinha o objetivo de atender as exigências de alguns organismos internacionais que requeriam a existência formal deste tipo de órgão, além de elaborar relatórios de impacto ambiental para a aprovação de empréstimos destinados a grandes obras públicas. Durante todo o regime militar, a Sema foi uma agência de pouca projeção no Ministério do Interior, sob a direção, por 12 anos consecutivos, de Paulo Nogueira Neto, “combatido pelo movimento ecológico” (VIOLA, 1987, p.85).

A linha mestra da política ambiental foi o “desenvolvimento com baixo custo ecológico”, o que segundo Ferreira, constituiu-se em um eufemismo criado pelo regime militar para dissimular o verdadeiro sentimento da “ideologia desenvolvimentista” de enfoque predominantemente econômico (FERREIRA, 1998, p.126).

As agências estaduais de meio ambiente foram criadas nos estados do sul e sudeste na segunda metade da década de 70 e tinham como principal objetivo o controle dos excessos de poluição ambiental (como no caso de Cubatão). Ações relacionadas à obrigatoriedade de licenciamento ambiental começaram na década de 80, apesar da grande resistência das empresas em realizar “investimentos improdutivos”, como a instalação de equipamentos antipoluentes (VIOLA, 1987).

As ONGs ambientalistas começaram a surgir também na década de 70. Em junho de 1971, o engenheiro agrônomo José Lutzenberger fundou em Porto Alegre a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), a primeira associação ecologista da América Latina. A partir de 1974 foram criadas outras associações em cidades do sul e sudeste, como o “Movimento Arte e Pensamento Ecológico” em São Paulo⁷² (VIOLA, 1987).

Após a fase do “milagre econômico”, o Brasil atravessou um período de crise nos anos 80, marcado principalmente por baixo crescimento econômico,

desemprego, inflação e elevada dívida externa. Nesta década, já é possível perceber a influência das preocupações ambientais sobre as agências de financiamento externo. Em 1981 foi promulgada a *Política Nacional de Meio Ambiente* (PNMA) explicitando a necessidade de responsabilizar os causadores de danos ambientais. Como parte do cumprimento do acordo celebrado com o BID para a pavimentação da BR-364 (trecho Porto Velho - Rio Branco) foi criado o *Programa de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas – PMACI* (1985). Menos de dois anos depois, o líder sindicalista Chico Mendes foi à Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Miami, convidado pelo *Environmental Defense Fund*, o que contribuiu para que o BID congelasse o financiamento da pavimentação da BR-364 no trecho citado.

No Governo Sarney foram criados o Conselho Nacional de Meio ambiente (Conama) e o Sistema Nacional de Meio ambiente. Em março de 1987, o Decreto 94.075 estabeleceu que todo empreendimento que recebesse incentivos fiscais na área da Sudam estaria sujeito à fiscalização quanto à proteção e controle ambiental. Neste mesmo ano, após forte pressão de movimentos sociais, o governo federal criou a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista⁷³ e no final dos anos 80 foi proibida a produção e a comercialização de agrotóxicos com características carcinogênicas, mutagênicas ou com potencial de provocar danos hormonais (lei 7.802, de 10 de julho de 1989).

A proteção ambiental adquiriu *status* constitucional no país com a promulgação da Constituição Federal em 1988, em que se destacam dois grandes princípios:

- Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- O poder público e a coletividade têm o dever de preservar proteger o meio ambiente.

O cumprimento desses princípios está relacionado à ação integrada do poder público federal, estadual e municipal. As constituições disciplinaram o campo de atuação da União e do Estados, e a lei orgânica ficou como norteadora da ação municipal. Neste mesmo ano, o presidente José Sarney assinou o Decreto 96.944, criando o *Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal*, denominado *Programa Nossa Natureza*. No ano seguinte, em decorrência das repercussões internacionais negativas sobre o desmatamento na Amazônia, foi criado o *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama*, principal órgão ambiental do país⁷⁴, além do Fundo Nacional do Meio Ambiente⁷⁵.

Vale lembrar que no dia 11 de março de 1989, o então presidente da França, François Mitterrand, afirmou que os problemas ecológicos da Amazônia

“transcendiam a soberania nacional” (HOMMA, 2003, p. 190). Em 1993, após a notícia de uma chacina na fronteira entre Brasil e Venezuela, em que garimpeiros assassinaram índios Yanomami, foi criado o Ministério de Meio Ambiente e da Amazônia Legal, sinalizando “a preocupação do governo brasileiro ante às pressões internacionais sobre a Amazônia”⁷⁶ (HOMMA, 2003, p. 194).

Nos anos 90, o desenvolvimento sustentável firmou-se como um dos pontos das políticas econômicas globalizadas⁷⁷. Esta década também marcou uma série de acontecimentos relacionados ao meio ambiente (como a Eco-92, o Protocolo de Kyoto, o incêndio de Roraima) e a criação de programas, instituições e cursos de formação acadêmica voltados para a temática⁷⁸. Em 1991, o governo cancelou incentivos fiscais para atividades que causavam destruição de florestas primárias, estabelecendo normas para o Ibama e para os governos estaduais fiscalizarem empreendimentos (decreto 153, de 26 de junho de 1991).

Foi também na década de 90 que ocorreu um *boom* na mídia referente às questões ambientais. Meio contemporâneo dominante responsável pela produção e circulação de sentidos nos diferentes campos, a mídia possibilita a *visibilidade* das instituições e dos agentes, tendo, portanto, uma forte influência sobre a opinião dominante em todas as áreas do conhecimento.

Algumas produções televisivas marcaram os anos 90. A TV Manchete exibiu *Amazônia, paraíso em perigo*, com denúncias sobre devastação florestal, e a novela *Pantanal*, do teledramaturgo Benedito Ruy Barbosa. Embora ficcional, esta produção trouxe para o debate público o problema ambiental. “O meio ambiente e os temas ecológicos davam sinais de começar a integrar-se ao imaginário coletivo” (DUTRA, 2003, p. 141). Outras produções também ganharam destaque: *Globo Ecologia*, *Globo Repórter* e *Globo Ciência*, além do Discovery Channel e da TV Futura. Com exceção do primeiro caso, os quatro últimos não exclusivamente dedicados ao tema. No decorrer da década, Dutra observa, no entanto, que houve um refluxo no noticiário e nas reportagens específicas. “Como exemplo da mídia impressa, é de se notar que o Jornal do Brasil, considerado integrante da *grande imprensa* brasileira, encarta atualmente um caderno intitulado *JB Ecológico*, com a particularidade de tal encarte ser publicado apenas nos períodos de lua cheia” (IMPrensa, 2002, p.32 apud DUTRA, 2003, p. 19).

A Amazônia, por seus atrativos naturais e habitantes cujas atividades estão em estreita relação com a natureza (como os índios⁷⁹, os coletores, os pescadores artesanais e os agricultores familiares) é um tema recorrente nas pautas da mídia nacional, com destaque para os documentários e *especiais* de televisão. Como observado por Dutra (2003), as pautas e roteiros, elaborados a partir de noções pré-construídas sobre a região, tendem a reeditar estereótipos historicamente fabricados através de novas falas e imagens, “de modo especial aquelas que

retratam a Amazônia como um lugar paradisíaco e, contraditoriamente, ao mesmo tempo inóspito, no qual coexistiram a exuberância física da natureza e a insignificância humana” (DUTRA, 2003, p. 98). Na imprensa internacional de países do “Norte”, segundo o mesmo autor, as noções de *risco ambiental* são recorrentes, não apenas quando há referências às florestas tropicais, no tocante à *perda de biodiversidade*, mas também sobre desastres nucleares e ameaças de disseminação de produtos tóxicos no ambiente (DUTRA, 2003, p. 67).

Segundo Homma (2003), com a entrada do século XXI espera-se o nascimento de um novo ciclo econômico baseado no comércio de serviços ambientais da Amazônia, em que a ecologia deixa de ser uma ação filantrópica, humanitária ou de simples preservação ambiental. (HOMMA, 2003, p. 249). Fearnside (2003) corrobora esta perspectiva,

A contribuição da perda de floresta a mudanças globais tais como mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, fundamenta a adoção de uma nova estratégia para sustentar a população da região. Ao invés de destruir a floresta para poder produzir algum tipo de mercadoria, como é padrão atual, se usaria a manutenção da floresta como gerador de fluxos monetários baseado nos serviços ambientais da floresta, ou seja, o valor de evitar os impactos que se seguem da destruição da floresta (FEARNSIDE, 2003, p. 02).

O pagamento das cotas de preservação ambiental, segundo ainda Fearnside, já fazem parte do “consenso” geral sobre o assunto. Ou, nos termos de Bourdieu, já faz parte do *habitus* dos principais agentes envolvidos com a temática.

Talvez a coisa mais importante que se percebe nos debates sobre se são economicamente justificados investimentos na manutenção da biodiversidade amazônica é que não precisamos convencer ninguém de que a biodiversidade tem valor. Pode-se economizar muito tempo simplesmente evitando estas discussões. Do ponto de vista da biodiversidade ter um valor como serviço ambiental baseado na disponibilidade de vontade para pagar (WTP), é suficiente perceber que existe no mundo um número significativo de pessoas que acreditam que a manutenção da biodiversidade é importante, e que isso se traduz em um fluxo financeiro potencialmente significante (FEARNSIDE, 2003, p. 10).

Os programas federais e estaduais ainda têm priorizado, segundo Ferreira, as ações voltadas aos aspectos mais conservacionistas da questão ambiental e aos programas de controle de poluição do ar, porque não envolvem conflitos mais significativos nas relações entre os agentes (como no caso da ocupação do solo) (FERREIRA, 1998). As políticas ambientais, conforme demonstra a autora, ainda

são baseadas, em muitos casos, em propostas do II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1975. O perfil organizacional dos órgãos ambientais definido naquele período reforça o caráter corretivo para resolução dos problemas impostos pelo modelo de desenvolvimento (FERREIRA, 1998).

Se, por um lado, se tem observado o estabelecimento de um sistema de proteção ambiental no país⁸⁰; por outro, ainda segundo Ferreira, o poder público não tem garantido o cumprimento de uma parte significativa da legislação ambiental pela maioria dos indivíduos e empresas. Desta forma, as políticas ambientais formuladas e implementadas no Brasil concentram-se principalmente em aspectos preservacionistas da questão ambiental - como a criação de áreas protegidas -, e estão localizadas nas áreas mais degradadas do país, predominantemente desvinculadas das demais políticas governamentais⁸¹ (FERREIRA, 1998).

III - A Amazônia no centro das atenções sobre meio ambiente

O tratamento das questões ecológicas na Amazônia, conforme ressaltado por Costa (2000a), se pautou inicialmente por uma forte raiz conservacionista. As estruturas existentes foram avaliadas pelo ângulo estrito das respectivas relações com a natureza.

Separando as que têm o ecossistema originário como seu objeto de trabalho (e, assim, seriam estrutural e culturalmente conservacionistas), daquelas que, ao contrário, transformam a natureza em processo produtivo e reprodutivo. Desta forma, índios e extrativistas foram eleitos parceiros naturais e condenou [-se] os camponeses agrícolas juntamente com a grande agricultura" (COSTA, 2000a, p. 194).

Uma recente pesquisa interdisciplinar da qual participaram várias instituições⁸² (BROWN *et al*, 2001) reforça esta perspectiva. Segundo os autores, o maior interesse das ONGs ambientalistas na "área agrária" é a regularização fundiária (delimitando com maior clareza áreas para agricultura e preservação). Na área ambiental, o interesse direciona-se para um maior rigor na aplicação de legislação relativa ao controle do uso de recursos naturais, apoio à criação de áreas protegidas, projetos de incentivo à conservação da flora e fauna, e criação de incentivos 'verdes' para os produtores rurais. A principal estratégia para alcançar esses objetivos, segundo a pesquisa, são: pressão junto ao governo e políticos nacionais, articulação com organizações ambientalistas nacionais e internacionais, realização de campanhas de mobilização da mídia em torno de questões ambientalistas e apoio a projetos de conservação (BROWN *et al*, 2001, p.14).

Costa (1992 e 2000b) assinala que a questão ecológica⁸³ entrou nas diversas discussões sobre o desenvolvimento da Amazônia principalmente a partir dos anos 80. Em um primeiro momento, ainda no início da década, estabeleceram-se alianças entre segmentos sociais “em luta contra o *status quo* no Brasil e nos países industrializados” (COSTA, 2000b, p. 96). Eles atuavam a partir da organização e mobilização da sociedade civil em torno de temáticas ambientais orientadas pela crise ecológica e pela degradação ambiental. “As Organizações Não Governamentais – ONGs dos seringueiros e dos atingidos pelas barragens, no Brasil, em aliança com os ambientalistas socialmente críticos no exterior, tiveram hegemonia no conjunto das ações verificadas” (COSTA, 2000b, p.96).

Já a partir de 1988, com a inclusão da questão da proteção das florestas tropicais na reunião do *Grupo dos 7* realizada em Paris, as preocupações ecológicas em relação à Amazônia deixaram de ser assunto de partidos e organizações ambientalistas para se tornarem objeto de manifestações e ações de governantes e grandes partidos dos países industrializados, “os quais absorveram, a partir daí, parte das bandeiras e questões até então restritas aos movimentos e partidos ambientalistas” (COSTA, 2000b, p. 96). Além disso, a questão da sustentabilidade passou a compor as propostas de uso dos recursos naturais amazônicos⁸⁴.

Uma pesquisa sobre a origem das chuvas na Amazônia publicada em 1985, afirmando que 50% são provenientes do vapor d’água do Oceano Atlântico e outra metade da transpiração da floresta, causara inquietação junto aos cientistas. O tratamento científico sobre as conseqüências do desmatamento da Amazônia, que tinha sido alertado desde 1974, passou a ser discutido em todos os seminários relacionados à região (HOMMA, 2003, p. 170). Na mídia impressa brasileira, a Amazônia era associada a problemas ambientais, num período em que notícias e reportagens davam ênfase a denúncias de queimadas, demarcação de reservas indígenas, atividades de garimpos e questões decorrentes da ocupação de terras cultiváveis e da exploração de garimpos. Houve uma crescente inclusão destes temas nas pautas nacionais e internacionais a partir do final dos anos 80 (DUTRA, 2003)

Com a repercussão internacional do assassinato do líder sindical Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, as questões ambientais na Amazônia, que até então eram consideradas como “simples rotina burocrática” pelo governo brasileiro (HOMMA, 2003, p. 168), passaram a merecer atenção redobrada e atingiram diretamente outros projetos governamentais, provocando um “esverdeamento institucional e empresarial” .

As pressões, sobretudo internacionais, provocaram um redirecionamento dos rumos das políticas públicas com relação à Amazônia. Apesar de vários megaprojetos e atividades com gran-

des riscos ambientais serem tocadas, estas passam a ganhar nova roupagem institucional mediante o conceito de desenvolvimento sustentável, programas de compensação ecológica e como mercadoria de troca. Dessa forma, ganham prioridades o atendimento às populações tradicionais, ao mesmo tempo em que permitem programas de expansão de soja, construção de hidrovias, hidrelétricas, entre outros. O processo de esverdeamento institucional e empresarial é acompanhado, em muitos casos, de meras ações conflitantes, denotando a dificuldade e a lentidão em se adaptar aos novos procedimentos e de atingir a ecoeficiência (HOMMA, 2003, p. 241).

Entre 1994 e 1997, o governo federal quase quadruplicou o orçamento para fiscalização dos recursos ambientais na Amazônia (de R\$ 0,5 milhão para R\$ 1,8 milhão). Sendo que desde 1996 vem realizando campanhas anuais de fiscalização com o constante aumento de fiscais (particularmente na época seca). Em 2000, o então ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, apresentou um pacote de medidas visando alterar a situação de populações extrativistas da Amazônia. Foi assinado um protocolo de intenções com o Banco da Amazônia (Basa) prevendo a redução de 5% para 0,5% ao ano dos juros de crédito para o setor. O ministro anunciou também a criação da Reserva Extrativista de Tarauacá, no Acre, e a implementação do *Projeto de Desenvolvimento Sustentável*, que previa uma “reforma agrária aliada à preservação ambiental”, delimitando a área para ocupação, sem definir lotes como no modelo tradicional do Incra. (Fonte: <http://www.amazonpress.com.br/meio_ambiente/dedoc/ambIIII2000.htm>. Acesso em: 19 set. 2003.

Em virtude das várias críticas feitas por grupos ambientalistas, movimentos sociais e pela mídia às contradições das políticas agrária e ambiental do governo federal (BROWN *et al*, 2001, p.22), o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), através da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) lançou em 1997 o documento *Agenda Amazônia 21: bases para a discussão dos atores sociais interessados no futuro da região* (HOMMA, 2003, p. 218). A proposta governamental tornou-se um profícuo canal de interlocução entre os campos envolvidos e deixou clara a disputa pelo poder simbólico ali representada.

A discussão sobre Agenda 21 não é predominantemente ambiental, e sim sobre desenvolvimento, nós temos um papel importante em desmistificar isto. A construção da Agenda 21 é disputa de poder e de concepção (GTA, 1998b, p. 04).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) formaram comissões para tomar medidas em comum no que concerne às duas pastas. Em 1998, como resultado da iniciativa, foi criado o programa "Terra que te quero verde", que proíbe a aquisição de terras rurais em áreas de cobertura florestal dos ecossistemas de floresta amazônica, executando-se apenas as terras rurais destinadas à criação de reservas extrativistas. No entanto, a medida tem tido pouco efeito prático em virtude, principalmente, da grilagem de terras⁸⁵ (BROWN *et al*, 2001, p. 22).

Entre 1999 e 2001, a Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) coordenou, em conjunto com os órgãos estaduais de Meio Ambiente, a elaboração de uma agenda para reduzir o desmatamento ilegal e incentivar o uso sustentável de floresta⁸⁶. A criação da *Agenda Positiva* iniciou-se em decorrência da crise em torno da suspensão de novas licenças de desmatamento em 1999⁸⁷. A intenção do MMA era elaborar uma política com a participação de representantes dos agricultores familiares, que fosse além de medidas de controle e fiscalização. A agenda positiva inclui demandas em diversas áreas como crédito, zoneamento territorial, regularização fundiária, incentivos econômicos, assistência técnica e flexibilização de regulamentação (BROWN *et al*, 2001, p.21). Como boa parte das demandas foge às atribuições do MMA, muitos pontos da agenda foram e estão sendo discutidos com outras esferas de governo, abrindo e incrementando os canais de interlocução dos agentes e instituições do campo da agricultura familiar e do próprio campo ambiental.

Outra medida governamental recente voltada para proteção ambiental na Amazônia foi a criação do *Grupo Interministerial Contra o Desmatamento* e a elaboração do *Plano Amazônia Sustentável*, proposto e coordenado pelo MMA. O Plano⁸⁸, desenvolvido pelo Grupo Interministerial e lançado pelo governo em março de 2004, envolve recursos e pessoal de doze ministérios e temáticas como fiscalização de áreas florestais, licenciamento de corte de madeira, crédito rural e ordenamento territorial. No que concerne à fiscalização e controle, as equipes contam com apoio de agentes da Polícia Federal e de soldados do Exército, e as investigações têm como prioridade "o respeito à integridade das áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) e o cumprimento das exigências da reserva legal e das áreas de preservação permanente nas propriedades privadas" (Fonte: [http://agenciartamaior.uol.com.br/agencia.asp?id=1617 &coluna=reportagens](http://agenciartamaior.uol.com.br/agencia.asp?id=1617&coluna=reportagens)). Acesso em 06.04.04.

A partir desse breve panorama das políticas ambientais no Brasil, com enfoque para as medidas relacionadas ao desmatamento e queimadas, tratarei sobre outro tema de grande relevância para o campo ambiental no país: os fundos internacionais.

IV - A IMPORTÂNCIA DOS FUNDOS INTERNACIONAIS PARA O CAMPO AMBIENTAL

Os fundos internacionais provenientes, por exemplo, do apoio de indústrias farmacêuticas ou cosméticas (como Boticário e Natura) e de doações individuais (caso do *Greenpeace*) financiam organizações não governamentais, programas governamentais brasileiros e pesquisas desenvolvidas por instituições públicas e privadas de ensino. Muitos projetos ambientais, como os de criação de áreas protegidas ou de prevenção a incêndios florestais, na forma de sua produção e execução são mantidos por capital externo. Isso ocorre diretamente, com o repasse de verbas para instituições não-governamentais, e indiretamente, através de projetos do governo brasileiro financiados com recursos do PPG-7 (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil), Usaid (Agência Norte-Americana para Desenvolvimento Internacional) ou Banco Mundial e coordenados ou supervisionados pelo Ibama. Ou seja, o direcionamento dos projetos tem que contemplar minimamente as expectativas dos financiadores para que possam continuar existindo. Trata-se de relações objetivas intrínsecas ao campo.

Araújo já chamava a atenção para este fato:

As ONGs recebem apoio financeiro internacional. Com isso, tornam-se agentes de uma ordem internacional globalizada, pela via do discurso que acompanha as doações: multiculturalismo, etnicidade, fragmentação, excluídos, margens, tudo isto é parte de um novo "imperialismo simbólico", ou de uma "vulgata planetária", como diz Bourdieu. Mas, ao mesmo tempo, são submetidos às pressões locais. A polifonia é intensa, a articulação tensa, o hibridismo disputa terreno com o predacionismo (ARAÚJO, 2002, p. 225).

Ressalta-se, no entanto, que embora boa parte das ONGs receba recursos externos, isso não significa que órgãos públicos também não o recebam ou não precisem atender as expectativas dos financiadores, pelo contrário. O exemplo mais claro é o próprio Ministério do Meio Ambiente, através do PPG-7.

Nas citações reproduzidas abaixo, a relação entre instituições ambientais e capital externo fica explicitada. O texto foi apresentado por pesquisadores do IPAM aos moradores de localidades ribeirinhas da Floresta Nacional (Flona) do Tapajós (Belterra-PA), durante a reunião de avaliação do trabalho realizado pela instituição em 2001, através do projeto *O Bom Manejo do Fogo*⁸⁹. Note-se, inclusive, a iniciativa, por parte dos pesquisadores, de tornar a motivação de suas ações o mais transparente possível:

Temos pessoas de fora, de outros países que estão preocupados aqui conosco, até mesmo porque em seus países já não existem mais matas com a qualidade que temos aqui, então eles olham e percebem o tanto de queimadas que estão existindo na Amazônia, ficam preocupados, até mesmo porque eles têm interesse na Amazônia e resolvem financiar algumas pessoas do terceiro mundo, para tentar resolver esse problema de queimadas e desmatamento, esse é um exemplo de conjuntura, que não é pensada junto conosco, mas que influi aqui para nós (IPAM, 2001, p.3)

No Brasil somos a maior floresta tropical do mundo, por isso que as pessoas de fora ficam de olho, por que? É que aqui temos inúmeras madeiras, minérios, gás, plantas medicinais, animais, água e etc., e o que acontece com a mata se pega fogo duas vezes? Vai se acabando a madeira, os animais, as plantas, essas pessoas que têm interesse também na Amazônia, resolvem financiar alguns projetos para que os pesquisadores trabalhem essa questão junto às comunidades, inclusive essa questão de fogo (IPAM, 2001, p.4)

Os interesses explícitos dos financiadores do projeto ou de seus representantes (fundações e governos) foram colocados abertamente durante a reunião (madeiras, minérios e plantas medicinais), inclusive, um “interesse universal”, coletivo, aparentemente desinteressado de objetivos individuais ou institucionais, também é ressaltado: a defesa da natureza e dos seres vivos, que precisam ser protegidos com a ajuda dos moradores. O pressuposto é de que ninguém é contra, “naturalmente”, a proteção ambiental, a questão que não é explicitada é quem assumirá os custos da necessária proteção ambiental, ou seja, a que grupos sociais caberá a maior parcela de contribuição e o que os pesquisadores ganham com esse trabalho. Neste sentido, Bourdieu já chamava a atenção para a “síndrome da nobreza esperada”.

A nobreza aparente de uma ação é variável em relação à eficácia dos mecanismos de dissimulação de seus princípios gerativos. O efeito de distanciamento entre o objeto real e as intenções declaradas é obtido unicamente quando aspirações reconhecidas socialmente como mais elevadas sobrepõem-se em aparência ao fundo prático de uma determinada atitude. Desse modo, a dissimulação de um objetivo trivial em uma atitude de despreendimento ou desapego promove a transferência da atenção social para a discussão das intenções declaradas em lugar de concentrá-las na delimitação dos fundamentos teológicos da ação. (...) Na hierarquia presumida dos campos, os que possuem um objeto de disputa considerado como o mais valioso — em termos de capital simbólico, cultural ou relacional — são espaços preferenciais para essa síndrome de nobreza esperada.

Quanto mais elevados os objetivos e estratégias comuns declarados e mutuamente reconhecidos dentro de um campo, maiores as conseqüências e mais graves as punições para os agentes que ousem mostrar o arbitrário da situação e denunciar os interesses reais em jogo (BOURDIEU, 1998 apud BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 159).

Os agricultores, participantes da mesma reunião, expressaram suas opiniões sobre as medidas necessárias para prevenir o fogo na área da Flona Tapajós, no Pará. Como se verá a seguir, as motivações econômicas (por ex. financiamentos e salários) para este trabalho foram mencionadas pelos moradores. Ressalta-se, retomando Bourdieu, que o *habitus* dos moradores da Flona, após mais de 10 anos de trabalho da ONG *Projeto Saúde e Alegria*⁹⁰ e do próprio Ibama, já incorporou muitos elementos desse tipo de discurso, prevendo alguns dos seus resultados práticos. Portanto, quanto mais semelhantes parecerem ser as mensagens para as quais já se definiram esquemas de atribuição de sentido, menos se faz necessária a intervenção de um cálculo consciente. Ou seja, essas mensagens, tidas subjetivamente como análogas, ensejam, sob a forma de inculcação, esquemas perceptivos facilitadores da atribuição de sentido (o *habitus*).

Na direção oposta, quanto mais a nova mensagem se afasta desse repertório construído durante as diferentes trajetórias de vida e suas experiências anteriores, menos as soluções prontas do *habitus* satisfazem para definir o comportamento a ser tomado (BARROS FILHO & MARTINO, 2003). Vejamos algumas opiniões explicitadas pelos agricultores da Flona:

- Que os coordenadores e representantes das comunidades trabalhem com menos interesse em dinheiro e mais compromisso e consciência;
- A brigada tem uma forma de trabalhar, a mesma tem que ser remunerada e os agentes ambientais também;
- Precisamos ter mais apoio financeiro para a capacitação nas comunidades e nas reuniões;
- Termos roça mecanizada;
- Ajuda de custos para os participantes nas reuniões como pagamento de passagens, alimentação. (IPAM, 2001, p. 8)

As relações objetivas que permeiam e compõem a lógica de funcionamento do campo ambiental não passam, como ilustrado acima, despercebidas pelos agentes sociais e, desta forma, irão servir como elementos na elaboração de suas estratégias de ação e de discurso. O campo ambiental no Brasil, particularmente na Amazônia, principalmente após a Eco-92, tem conseguido recursos para manter e ampliar instituições e agentes voltados para a produção de conhecimento (institutos de

pesquisas, ONGs, universidades). Isso tem ocorrido em um ritmo bem mais intenso do que se observa, por exemplo, com o *campo da agricultura familiar*, no que se refere a pesquisas voltadas para a agricultura familiar, salvo quando as últimas incorporam, como vem ocorrendo principalmente nos últimos 10 anos, mecanismos que contribuam para a proteção ambiental⁹¹. Isto significa um fortalecimento dos agentes do campo ambiental, principais responsáveis pela produção de conhecimentos da área, e de suas respectivas posições sociais, inclusive em relação aos demais campos.

Na citação abaixo, este “descompasso” é evidenciado por representantes do campo da agricultura familiar, que chamam a atenção para urgência em se estabelecer canais de interlocução entre os agentes deste campo e dos fundos ambientais internacionais.

As organizações da Produção Familiar Rural da região precisam travar um debate franco com a comunidade internacional sobre a Amazônia, definindo, de uma vez por todas, que o desenvolvimento sustentável (portanto preservacionista) só é possível via Produção Familiar Rural e sua reprodução enquanto tal, o que demanda uma série de políticas que a viabilizem economicamente, impedindo o êxodo rural. A Amazônia do próximo milênio, que poderá fornecer ao mundo muita energia, biodiversidade e água, é um pressuposto da sustentabilidade da vida no planeta, por isso queremos compactuar com a comunidade internacional qual é a sua cota de contribuição para a preservação e/ou recuperação da Amazônia. O primeiro mundo, que devastou todas as suas riquezas naturais e precisa da Amazônia para garantir o futuro dos seus filhos, tem de pagar a sua parte. Precisamos é pactuar qual a cota que essa comunidade está disposta a assumir, o que nos remete a propor mudanças nos programas financiados pela comunidade internacional hoje em execução e elaborar outros mais eficientes. A realidade dos dados dessa pesquisa demonstra que não haverá *Amazônia preservada de forma massiva e significativa se isso não estiver assentado na Produção Familiar* (FALEIRO & GASPARIM, 2000, p. 16). [Grifos no original].

Retomando Bourdieu, vale lembrar que o *habitus* profissional é a matriz comum das práticas de todos os agentes que vivem e viveram em condições sociais semelhantes de existência profissional. Em função da percepção comum de mundo socialmente forjada e interiorizada ao longo de trajetórias no mesmo universo, cada profissional concorda, sem saber ou perceber, com muitos outros levados a agir em condições análogas (BARROS FILHO & MARTINO, 2003). O processo de codificação de uma mensagem é exercido, portanto, por indivíduos pertencentes a uma elite profissional, com sua própria formação, sua própria percepção seletiva e posição social, bem como suas competências profissionais e considerações sobre o poder constituído, criados a partir de sua posição de classe específica (BARROS

FILHO, 2003, p.219).

Isto é válido para o campo ambiental e para os demais campos. No caso específico do campo ambiental, convém ressaltar que a proteção à natureza como prioridade faz parte do *habitus* do campo, das instituições e dos agentes. É uma predisposição incorporada, naturalizada, portanto, tida como óbvia e correta. Observe-se, no entanto, que isto não significa que há uma uniformidade de idéias e valores presentes no *habitus* do campo ambiental, embora a proteção à natureza, enquanto uma prioridade, seja o objetivo comum a todos os agentes e instituições que o compõem.

Duas grandes correntes ambientalistas se destacam dentro do campo: a primeira é o chamado grupo “preservacionista” ou “deep ecology” que defende que a relação com a natureza deve se dar em bases holísticas, ou seja, o homem seria apenas um dos elementos da natureza e não o sujeito absoluto que a toma como objeto. Neste caso, a natureza teria os mesmos direitos que o homem (McCORMICK, 1992).⁹² A segunda corrente é a do grupo “conservacionista”, cuja ótica é mais “social” e antropocêntrica. O homem também não seria um sujeito absoluto sobre uma natureza reificada, mas não deixaria de ser o sujeito, que no entanto, possui “deveres” para com a natureza. Os conservacionistas defendem que a proteção ambiental só é possível através da participação humana na conservação dos recursos e do uso sustentável dos mesmos (McCORMICK, 1992). Os valores defendidos pelas duas correntes estão presentes no *habitus* do campo ambiental, de suas instituições e de seus agentes, ora com predominância dos princípios de uma corrente, ora da outra⁹³.

Escobar (1998), por exemplo, ao tratar do tema da biodiversidade elegeu quatro grandes posições envolvendo instituições do campo ambiental: a) a posição dominante produzida por instituições como Banco Mundial e pela maioria das organizações não governamentais do Norte, como a *World Conservation Union*, a *World Resources Institute* e WWF (*World Wildlife Fund*), posição também sustentada pelo grupo dos países mais ricos (G-7). Essa visão se baseia numa particular representação das “ameaças à biodiversidade” que enfatiza a perda de habitats e a introdução de espécies em habitats adversos, oferecendo uma lista de prescrições para a conservação e o uso sustentável dos recursos nos níveis internacional, nacional e local. Sugere mecanismos para o gerenciamento da biodiversidade incluindo a pesquisa científica, o planejamento nacional para a biodiversidade e os mecanismos de compensação para o uso econômico dos recursos, com destaque para a questão do direito à propriedade intelectual; b) a posição de governos nacionais no terceiro mundo que procuram negociar, sob o prisma nacionalista, os termos e tratados sobre a biodiversidade propostos pelo “discurso dominante”, mas sem se contrapor irreversivelmente a eles; c) a posição

das ONGs “do Sul”, que reinterpreta as noções de “ameaça à biodiversidade”, pondo ênfase na destruição dos habitats por megaprojetos de desenvolvimento e nos hábitos de consumo do Norte fomentados por modelos econômicos; e d) a posição da “autonomia cultural”: na perspectiva de movimentos sociais⁹⁴ (ESCOBAR, 1998 apud DUTRA, 2003, p. 65-66).

CONCLUSÃO

O objetivo deste texto foi abordar a questão ambiental do ponto de vista da formação histórica desse campo, de seus valores intrínsecos e de suas principais implicações sociais. Por se tratar de uma temática muito abrangente, o foco foi centrado principalmente nos incêndios florestais e no desmatamento na Amazônia.

O campo ambiental tem se estruturado, principalmente nos últimos 40 anos, a partir da geração e disseminação de conhecimento específico dentro e fora do campo, da profissionalização de seus agentes e da consolidação de suas instituições. As conseqüências sociais e ambientais deste fortalecimento podem ser percebidas e sentidas na ênfase que a questão ambiental vem ganhando no cotidiano das pessoas e na mídia. No entanto, não se trata de uma temática neutra. Meio ambiente, “desenvolvimento sustentável”, ecologia e outros conceitos afins carregam as marcas e sentidos de suas construções históricas, a partir da luta por suas definições dentro e fora do campo ambiental. Por isso, o resgate da gênese de um campo social, como ocorreu no decorrer deste texto, contribui para a compreensão das relações e dos interesses que permeiam o campo.

NOTAS

¹ “Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia”. A pesquisa propõe uma análise das campanhas de comunicação voltadas à prevenção de incêndios florestais na Amazônia que não as tome somente sob o prisma de um recorte particularizado, no qual a partir de um olhar para dentro, abstrair-se-iam explicações sobre seu conteúdo e formato. Tendo como referência principal conceitos formulados por Pierre Bourdieu, partiu-se de dois pontos simultâneos: 1) a reconstrução histórica dos *campos* ambiental e da agricultura familiar, assim como das relações sociais estabelecidas entre os agentes e instituições envolvidos na concepção, circulação e recepção das informações e; 2) o *habitus* destes agentes e instituições, estruturas incorporadas de percepção e ação. O objetivo foi compreender as lutas pelo *poder simbólico* que as campanhas reproduziram e ajudaram a construir a partir de 1998, ano do incêndio florestal em Roraima. Quatro projetos e suas respectivas campanhas foram escolhidos para compor o *corpus* de análise: o *Proteger* (concebido e coordenado pelo Grupo de Trabalho Amazônico-GTA), o *PGAI Queimadas* (Programa de Gestão Ambiental Integrada, sob coordenação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Pará), o Projeto *O Bom Manejo do Fogo* (idealizado e executado pelo Instituto de

Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM) e o projeto *Fogo Emergência Crônica* (implementado pela ONG Amigos da Terra). Trata-se das maiores campanhas de comunicação sobre a temática na Amazônia, tanto em termos de recursos financeiros e humanos envolvidos, quanto do número de receptores e áreas geográficas de abrangência.

² O conceito de “campo” é utilizado nos termos de Bourdieu, remetendo à idéia de um “campo de forças”. Sistema no qual as instituições e os agentes, assim como seus atos e discursos, adquirem sentido apenas relacionamente, através do jogo das oposições e das distinções. A materialização da história de um campo social está presente nas instituições e nas atitudes dos agentes que fazem funcionar estas instituições ou que as combatem. Desta forma, um campo é um sistema específico de relações objetivas que podem ser de aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, independentes da existência física dos agentes que as ocupam. O limite de um campo é o limite de seus efeitos (BOURDIEU, 1998, p. 133).

³ Ver McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. RJ: Relume-Dumará, 1992. Entre as principais ONGs ambientalistas de matrizes européias destacam-se: Greenpeace-Internacional, WWF-International, Birdlife International e FOE-Internacional (Friends of Earth). Entre as sediadas nos Estados Unidos estão: Conservation International (CI), Environmental Defense (ED), Natural Resources Defense Council (NRDC) e The Nature Conservancy (TNC). Como observara Castells, o pragmatismo, ou seja, a atitude que procura dar ênfase à resolução de questões, vem proporcionando ao ambientalismo amplitude social, visibilidade midiática e uma vantagem em relação à política internacional: “as pessoas percebem que são capazes de exercer influência sobre decisões importantes aqui e agora, sem que para isso seja necessário qualquer tipo de mediação ou postergação. Não há distinção entre os fins e os meios” (CASTELLS, V.2, 1999, p.163).

⁴ Em uma narração alegórica criada pelo biólogo – uma área comum na qual vários criadores de gado deixavam seus animais pastarem –, chega-se à conclusão de que a exploração coletiva de áreas comuns levou ao esgotamento do recurso comum e, conseqüentemente, à ruína de todo o sistema que sustentava aquele grupo social (HARDIN, 1968).

⁵ O clássico debate acadêmico entre os neomalthusianos e a obra de Esther Boserup também ilustra essa preocupação. De modo sucinto, as teses neomalthusianas trazem em si a idéia de que a “pobreza” está ligada ao excesso populacional que impediria o acesso homogêneo aos recursos (como p.ex.: alimentação, saúde, educação e emprego). A solução seria o controle de natalidade (BEGOSSI, 1993, p.129). Trata-se de uma visão, no mínimo parcial, que ao enfatizar aspectos demográficos, coloca em segundo plano questões políticas e econômicas. Para Boserup, a densidade populacional vai determinar o padrão de uso do solo. A pressão populacional leva à adoção de inovações tecnológicas que aumentam a produtividade agrícola por hectare, aumentando a capacidade de suporte regional. Boserup, apesar de alguns exemplos empíricos de outros estudos que questionam elementos de sua teoria, tem fornecido um melhor instrumental teórico do que Malthus para explicar o processo de transformação agrícola com suas implicações. Sobre as limitações e competição pelo uso dos recursos naturais, ver também autores ligados à *Ecologia Humana*: Hardin (1968), Ostrom (1998), McCay (1996), Netting (1993) e à *Ecologia Política*: Schminck & Wood (1992). Sobre um enfoque mais específico para Amazônia ver também: Carneiro (1970), Roosevelt (1991) e Steward (1955).

⁶ Como já apontado por Dutra (2003), não há consenso sobre o momento de nascimento da terminologia: “Parece que a expressão *desenvolvimento sustentável* surge pela primeira vez em 1980 no documento denominado *World Conservation Strategy*, produzido pela IUCN [*International Union for Conservation of Nature*] e *World Wildlife Fund* (hoje *World Wide Fund for Nature – WWF*) por solicitação do PNUMA [Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente]” (BARBIERI, 1998, p.23). De acordo com um Glossário de Ecologia (GLOSSÁRIO, 1997, p.73), o conceito de desenvolvimento sustentável originou-se em 1968 na *Biosphere Conference*, em Paris” (DUTRA, 2003, p. 207). Ver também sobre a origem e uso do conceito: COSTA, José Marcelino M. Desenvolvimento Sustentável, Globalização e Desenvolvimento Econômico. In: XIMENES, Tereza (org). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para Agenda 21*. Belém: UFPA/NAEA/Assoc. de Univ. Amazônicas, 1997.

⁷ Cabe aqui uma distinção conceitual elaborada por Castells, para quem “ambientalismo” são todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante. Por ecologia, do ponto de vista sociológico, Castells entende o conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária. “O ambientalismo é a ecologia na prática, e a ecologia é o ambientalismo na teoria” (CASTELLS, 1999, V.2, p.144).

⁸ Subprogramas e projetos apoiados no Brasil: Subprograma de Política de Recursos Naturais; Subprograma de Ciência e Tecnologia; Projeto Reservas Extrativistas; Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia; Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea; Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal; Projeto Negócios Sustentáveis; Núcleo Assessor para o Subprograma Mata Atlântica; e Projeto Apoio ao Monitoramento e Análise-AMA. Sobre o PPG-7, programas e projetos apoiados no Brasil ver <<http://www.mct.gov.br/prog/ppg7/Default.htm>>.

⁹ Há uma longa e acirrada discussão no campo da economia sobre o “preço” dos bens ambientais, incorporada também pelo campo político. Não será possível me deter sobre ela, mas, sucintamente, pode-se dizer que os principais instrumentais teóricos disponíveis para avaliar os impactos do desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente são encontrados nos modelos neoclássicos. A economia neoclássica, como observara Amazonas, tem seus desenvolvimentos construídos sobre os fundamentos do *Utilitarismo*, *Individualismo Metodológico* e *Equilíbrio*. Ou seja, baseia-se na idéia de uma racionalidade de maximização das utilidades individuais com a conseqüente determinação do uso “ótimo” ou “eficiente” dos recursos em equilíbrio. Entretanto, constata o autor, esta racionalidade não guarda compromisso com a racionalidade subjacente à idéia de sustentabilidade. “O uso ótimo e o uso sustentável são categorias que atendem a critérios distintos, o de eficiência e o de equidade, respectivamente” (PEARCE e ATKINSON, 1995, p.166 apud AMAZONAS, 1998, p.2). Um contraponto à abordagem neoclássica é a “economia da sobrevivência”. Esta escola de pensamento considera a economia um subsistema dentro de um sistema maior que é o meio ambiente, reconhecendo a complexidade das relações entre eles. “Enfatiza as dimensões físicas da atividade econômica e procura determinar os possíveis limites impostos à sua contínua expansão” (MUELLER, 1988, p.76). A crítica principal desta escola à análise neoclássica reside na ênfase dada pela última ao fator monetário dos fluxos do sistema

econômico, deixando em segundo plano as dimensões físicas dos processos de produção e de consumo, assim como suas complexas inter-relações com o meio ambiente. Embora a economia de sobrevivência reconheça que modelos dinâmicos da economia ambiental neoclássica consideram horizontes temporais infinitos, ressalta que seus instrumentos (como a taxa de desconto), restringem a relevância dos resultados “a umas poucas décadas” (MUELLER, 1988, p.74). Sobre o tema ver também: MARGULIS, Sergio. Introdução à economia dos recursos naturais. In: MARGULIS, Sergio (org). *Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. Brasília: IPEA, 1996.

¹⁰ As discussões sobre o Protocolo de Kyoto são um terreno fértil para perceber quem são e qual a formação educacional dos principais agentes ambientais envolvidos na discussão. A assinatura do Protocolo de Kyoto ocorreu em 1997, com a adesão de 159 nações. Os países desenvolvidos se comprometeram a cortar, entre os anos 2008 e 2012, 5,2% (em média) de suas emissões de carbono sobre os valores registrados em 1990 (HOMMA, 2003, p. 218). Sobre a temática, consultar: *A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais*. FEARNSIDE, P. M. Manaus: Inpa, 2003; *Seqüestro de carbono como novo produto da Amazônia*. HOMMA, Alfredo. *Gazeta Mercantil*, Belém, 18/08/99, pág.2; *O CDM e florestas: polêmica e oportunidade*. LLOSA, Silvia. *Projeto Brasil Sustentável e Democrático*. Abril de 2000. Mimeo. *O Protocolo de Kyoto*, divulgado em 1997, pode ser consultado em <www.mct.gov.br/clima>.

¹¹ A título de ilustração, no dia 5 de junho de 1987, “Dia do Meio Ambiente”, Chico Mendes foi condecorado com o Prêmio Global 500, do Programa para o Meio Ambiente das Nações Unidas. Em outubro recebeu o Prêmio Better World Society, dos Estados Unidos. No dia 18 de dezembro de 2002, em Luziânia, GO, foi efetuada a entrega do I Prêmio Chico Mendes, para as categorias liderança individual, associação comunitária, organização não-governamental e ciência e tecnologia (HOMMA, 2003, p. 240).

¹² Nos termos de Bourdieu, o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação ou fama é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (econômico, cultural, social). “O capital — que pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido — representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos. As espécies de capital à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que corre, como poder e como coisa em jogo, neste campo)” (BOURDIEU, 1998, p.134).

¹³ O poder simbólico, conceito caro a Bourdieu que tem suas raízes na teoria durkheimiana, pode ser definido como o poder de construção da realidade, ou seja, do sentido imediato do mundo social. Os símbolos tornam possível o consenso acerca do mundo social e contribuem, desta forma, para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1998, p.9). Trata-se da forma transformada de outras formas de poder (como o econômico, por exemplo), portanto, irreconhecível, ignorada como arbitrária. O poder simbólico é baseado em um crédito que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, o que só é possível porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.

¹⁴ Como já assinalado, o *habitus*, nos termos de Bourdieu, é um sistema de disposições estruturadas

e estruturantes, portanto, duráveis e aplicáveis a diferentes situações, que se constituem na prática e são sempre orientadas em seu sentido prático. É principalmente no convívio familiar e na trajetória escolar que tais disposições vão sendo incorporadas pelo indivíduo (BOURDIEU, 1998). Já a noção de *habitus* institucional é “inseparável da própria noção de instituição. A história das relações sociais, dos conflitos entre grupos, das desigualdades e dos antagonismos objetiva-se ao mesmo tempo nos indivíduos, como uma história incorporada (sob forma de disposições geradoras de práticas), e nas instituições, sob a forma de mecanismos rigorosos, verdadeiros golpes simbólicos de legitimação que, como tal, aparecem necessários e naturais. A referencia epistemológica empregada aqui privilegia a estrutura da interação e a constituição de sistemas de ação. A especificidade incontestável de cada grupo social se deve ao fato de que as relações entre os indivíduos não são idênticas de um grupo social a outro, de um sistema de ação a outro”. (MARTINO, 2003, p. 81).

¹⁵ De modo sucinto, as posições principais, como descritas por Fearnside, são as seguintes: “no caso de governos europeus que se opõem à inclusão de florestas no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto, a exclusão das florestas conduziria a uma melhoria de competitividade industrial com os Estados Unidos. No caso do Brasil, a oposição contra a inclusão do desmatamento evitado, se encaixa com teorias de conspiração relativas à internacionalização da Amazônia. Para ONGs européias e euro-dominadas, a oposição contra florestas é mais bem explicada como um golpe oportunístico contra a cultura de consumo dos EUA, que os seus integrantes não gostam por razões geralmente não ligadas à mudança climática. Do ponto de vista de ONGs brasileiras interessadas em manter a floresta amazônica, estas pautas alternativas são assuntos laterais que, mesmo quando possuem mérito, não merecem o desperdício de uma grande oportunidade de obter fluxos monetários substanciais pela manutenção da floresta” (FEARNSIDE, 2003, p. 94).

¹⁶ “O capitalismo é um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal de um sistema de classes. O empreendimento capitalista depende da produção para mercados competitivos, os preços sendo sinais para investidores, produtores e consumidores” (GIDDENS, 1991, p.61).

¹⁷ Esse aspecto é aprofundado por Perrings (1987) para quem existem dois tipos de hipóteses ambientais relevantes à “economia convencional”: a hipótese ambiental fraca, que considera que o meio ambiente não é inteiramente dominado pelo sistema econômico, mas que desempenha um papel passivo e benigno, e a hipótese ambiental forte, que supõe que a economia domina completamente o seu meio ambiente (MUELLER, 1988, p.75).

¹⁸ A participação das ONGs no campo ambiental tem aumentado a cada ano. Não seria possível abordar aqui toda a trajetória histórica das principais ONGs ambientalistas brasileiras ou dos movimentos sociais que incorporam a questão ambiental em sua pauta de ação. Para o leitor interessado pela temática indico: FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS. *Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros*. RJ: Fórum de ONGs Brasileiras, 1992; SILVA-SÁNCHEZ, SOLANGE S. *Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil*. SP: Humanitas/FFLCH/USP, 2000; SVIRSKY, E. & CAPOBIANCO, J. *O ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: ISA, 1997.

¹⁹ Sobre o tema ver REVKIN, Andrew. *Tempo de Queimada, tempo de morte: o assassinato de*

Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica. RJ: Livraria Francisco Alves, 1990. Ver ainda a *homepage* do Conselho Nacional dos Seringueiros <www.cnsnet.org.br>. Vale também registrar que em fevereiro de 1988, o governador do Acre decretou a criação da primeira Reserva Extrativista no Seringal São Luís do Remanso, que foi desapropriado, no Município de Rio Branco. Quatro anos depois foi criado o *Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT* -, através da Portaria 22 do Ibama, de 10 de fevereiro de 1992. O presidente Fernando Henrique lançou o *Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo – Prodex* -, em junho de 1996, alocando recursos para esta finalidade junto ao Banco da Amazônia.

²⁰ A Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, criou o Ibama a partir da fusão de quatro órgãos: a Secretaria do Meio Ambiente (Sema), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) e a Superintendência da Borracha (Sudhevea). Outra lei cuja criação foi motivada pelas taxas de desmatamento foi a Lei 7.803, de 15 de julho de 1989, que obrigou o registro, no Ibama, dos estabelecimentos comerciais responsáveis pela comercialização de motosserras e estabeleceu licença de porte, renovável a cada dois anos.

²¹ Lei 7.797, de 19 de julho de 1989. A edição de 18 de setembro de 1989 da revista *Times*, sob o título *Torching the Amazon*, publicou extensa reportagem sobre a destruição da Amazônia, reforçando a urgência de ações governamentais ligadas à proteção ambiental (HOMMA, 2003, p. 190).

²² Neste mesmo ano houve a efetiva implementação da Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente em Belém, PA., enquanto a lei 5.887, de 9 de maio de 1995, estabeleceu a Política Estadual do Meio Ambiente. Segundo Homma, a “criação do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia - Funtec -, em 1995, representou um grande avanço para as instituições de pesquisa no Estado do Pará. Iniciada no ano anterior, a implantação de editais competitivos para programas de pesquisa marcou um novo direcionamento das prioridades, de interesse de órgãos financiadores e com forte viés internacional” (HOMMA, 2003, p. 194).

²³ “A globalização pode ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço” (GIDDENS, 1991, p.70). Para uma análise dos impactos ambientais relacionados à globalização, ver também BECK, Ulrich. *Risk Society: towards a new modernity*. Sage-USA, 1992.

²⁴ Alguns exemplos: em 1990 foi fundada a ONG *Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia — Imazon* -, em Belém, PA. Em 1993, em Oaxaca, México, foi sediada a *Forest Stewardship Council*, uma entidade internacional com o objetivo de credenciar organizações certificadoras, de modo a garantir a autenticidade das madeiras quanto aos processos sustentáveis. Em 1997, a FCAP (hoje UFRA) promoveu a realização do I Curso de Especialização em Manejo para Conservação e Produção de Animais Silvestres.

²⁵ Fonte: <<http://www.oparaense.com/48-queimadas.htm>>. Acesso em: 19 set. 2003.

²⁶ Mires (1990), citado por Dutra (2003), observa que “os índios e, hoje, os demais povos da floresta — sem que lhes fosse feita nenhuma consulta, passaram a ser ‘defensores da natureza’, uma aparente inversão discursiva das noções de *estorvos à civilização* como foram os índios

desenhados desde os primeiros momentos da conquista. Essa aparente transformação se explica: a campanha internacional pela *defesa da Amazônia* não teve origens puramente éticas, porém mais *ecológicas*. Em diferentes países, advertiam que, com a devastação da Amazônia, se estava destruindo o último pulmão do planeta, cujos efeitos poderiam ser catastróficos para outras regiões do mundo. Foi, então, a partir dessa preocupação que os *ecólogos descobriram* os índios aos quais delegaram, sem consultá-los, a responsabilidade de ‘defensores da natureza’. O que só na aparência os transforma em sujeitos, no entanto pelas motivações desta delegação, continuam objeto de interesses externos”. (DUTRA, 2003, p. 82).

²⁷ A Lei 9.605, denominada de Lei da Natureza contra Crimes Ambientais, foi publicada no *Diário Oficial da União* em 13 de fevereiro de 1998.

²⁸ Em abril de 1981 foi sancionada a Lei 6.902, dispondo sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental.

²⁹ Overseas Development Group (University of East Anglia – ODG-UEA), Copatiorô, Imazon, NEAF/CAP/UFP, LAET/NEAF, LASAT/NEAF.

³⁰ Segundo Pádua, o termo *ecologia* foi empregado pela primeira vez em 1866, em língua alemã, pelo zoólogo Ernst Haeckel, sob forma *ökologie*. No início, tratava-se de um conceito vinculado à noção de *habitat*, indicando o estudo das relações de plantas e animais entre si e entre seu *habitat* (PÁDUA, 1997, p. 42). “Depois passou a ter uma referência social mais ampla. Na transformação de sentido, *ecologia* passou a vincular-se ao ambiente (*environment*) e, mais tarde, ao termos *environmentalism* como o estudo da influência do meio físico sobre o desenvolvimento econômico. Assim, *ambientalismo* torna-se de uso comum a partir anos 1950 relacionado à *conservação* e *preservação*, assim como a medidas contra a poluição. A partir dos anos 1960 passa ao uso comum, associando conceitos como *ecocrise*, *ecocatástrofe* e, a partir dos anos 1970, as noções de *ecocídio*” (DUTRA, 2003, p. 160).

³¹ “Em março de 1994, o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) e a ONG Amigos da Terra Amazônia Brasileira fizeram circular o texto *Políticas Públicas Coerentes para a Região Amazônica*, documento visando à harmonização das políticas com os objetivos do Programa Piloto (HOMMA, 2003, p. 209). No dia 18 de novembro de 2002, reuniram-se em Belém o Presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, e os governadores eleitos da Amazônia com o objetivo de discutir a “Estratégia Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia” (HOMMA, 2003, p. 239).

³² Sobre este tema ver COSTA L, 1999.

³³ “No dia 10 de fevereiro de 1999, o INPE divulgou os dados de desmatamento na Amazônia nos anos de 1997 (13.227 Km²) e 1998 (16.838 Km²) e da estimativa da área queimada em Roraima (11.000 Km²), voltando a assustar o governo e as comunidades nacional e internacional” (HOMMA, 2003, p. 228).

³⁴ A “Fetagri [Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá], parlamentares e outras lideranças têm negociado para que as normas de controle [ambiental] sejam menos rígidas para os pequenos produtores. Por exemplo, eles pressionaram o Ministério do Meio Ambiente para revogar a proibição de emissão de autorização de desmatamento em 1999. Em decorrência destas pressões, o MMA editou uma instrução normativa (IN 7 - 1999) facilitando a emissão de licenças de desmatamento para pequenas propriedades. O requerimento para a autorização foi simplificado e foi definido um prazo máximo de 30 dias após a solicitação para a emissão da autorização” (BROWN *et al*, 2001, p. 15).

³⁵ Outras medidas governamentais já em andamento para conter o desmatamento incluem: “o Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), financiado pelos países do G-7 e administrado pelo Banco Mundial e o governo brasileiro. Componentes que já são implementados incluem os projetos de demonstração tipo “A” (o “PD/A”, ou projetos pequenos realizados por organizações não governamentais), as reservas extrativistas (Resex), as terras indígenas (PPTAL), o apoio para centros de pesquisas científicas e projetos de pesquisa dirigida (PPD), o subprograma de políticas de recursos naturais (SPRN) (*i. e.*, zoneamento), o manejo de recursos naturais (Promanejo) (principalmente manejo florestal), manejo da várzea e o monitoramento e análise das atividades do Programa Piloto para aprender algumas lições de política (AMA)” (FEARNSIDE, 2003, p. 86).

³⁶ O projeto é voltado, principalmente, para divulgação/adoção de técnicas de prevenção aos incêndios florestais ou queimadas fora de controle junto aos agricultores familiares. Para um aprofundamento deste tema ver COSTA L., 2004.

³⁷ O *Projeto Saúde e Alegria - PSA* atua desde 1987 junto a cerca de 140 localidades ribeirinhas dos rios Amazonas, Tapajós e Arapiuns, localizadas nas áreas rurais dos municípios de Santarém, Belterra e Aveiro, no Médio Amazonas Paraense; perfazendo uma cobertura populacional de quase 29 mil habitantes. O PSA visita regularmente as localidades, envolvendo os moradores de diversas faixas etárias, em programas integrados de: organização comunitária, saúde, produção agroflorestal e meio ambiente, educação e cultura, gênero, crianças e adolescentes, comunicação popular e pesquisa participativa. Entre os financiadores das atividades do PSA (período 1998-2000) destacam-se os fundos internacionais: KAS (Fundação Konrad Adenauer) – Alemanha; WWF (World Wild Fund) – Suíça; BIRD (Banco Mundial), UE (União Européia), LAZ (Lateinamerika Zentrum) - Alemanha; UNAIS (United Nations Assistance International Service) - Nações Unidas; Winrock International – EUA; além de recursos provenientes do MMA/PPDA (Projetos Demonstrativos) / PPG-7; Ministério das Minas e Energia; Ministério da Saúde; Instituto Ayrton Senna e BNDES. Fonte: <http://www.saudeealegria.org.br/psa/art_parc.htm>. Acesso em: 24 set. 2003.

³⁸ Alguns exemplos: em maio de 1995 foi criado o *Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia* – IPAM -, em Belém. No mesmo ano houve a criação do *Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia* – Poema -, na UFPA, e teve início o Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Uímido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA.

³⁹ Para um aprofundamento dos princípios e da história das duas correntes e de suas subdivisões, ver além de McCormick (1992), o texto de OST, François. *Naturaleza y derecho: para un debate ecológico en profundidad* / Trad. Juan Antonio Irazabal y Juan Churruca. Bilbao: Ediciones Mensajero, 1996.

⁴⁰ Isso é verificável, dentro das próprias instituições ambientalistas, a partir de uma comparação entre os vários departamentos, cargos e programas que as compõem. O leitor pode observar algumas dessas diferenças, acionando, por exemplo, a *homepage* do Ibama: <www.ibama.gov.br>.

⁴¹ “Por movimentos sociais Escobar (1998, p. 60) entende a ação daqueles grupos que explicitamente constroem uma estratégia política de defesa do território, da cultura e da identidade relacionada a lugares e territórios particulares” (DUTRA, 2003, p. 63).

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, M. C. Economia Ambiental Neoclássica e Desenvolvimento Sustentável. In: *ANPEC XXVI Encontro Nacional de Economia*. Vitória, 1998. p. 1585-1606.

ARAÚJO, I. Ligações estratégicas: comunicação, políticas públicas e intervenção social. In: MOTTA, L. G. *et al. Estratégicas e culturas da comunicação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BARROS FILHO, C. de & MARTINO, L. M. S. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.

BEGOSSI, A. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. *Interciência*, vol. 18, Nº 3, Mai/Jun, 1993.

BOSERUP, E. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo: Hucitec, 1987.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*/ Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BROWN, K. *et al. Políticas Agrárias e Ambientais na Amazônia Oriental: impactos e participação da sociedade civil*. ODG/Copatorô/Imazon/NEAF, 2001.

CARNEIRO, R. L. A theory of the origin of the state. *Science*, vol. 169. 21/08/1970.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*, vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMD. *Nosso futuro comum*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA, F. *Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/UFPA, 2000a.

_____. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO. In: TURA, L. R. & COSTA, F. de A. (Orgs.) *Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000b.

_____. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

COSTA, L. *Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia*. Tese de doutoramento. Belém: NAEA/UFPA, 2004. Mimeo.

_____. *Discurso e conflito: dez anos de disputa pela terra em Eldorado do Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

DUTRA, M. J. S. *A redescoberta midiática da Amazônia: sedutoras reiteraões dos discursos sobre a natureza*. Tese de Doutorado. Belém: NAEA/UFPA, 2003. Mimeo.

ESCOBAR, Arturo. Whose knowledge, whose nature? Biodiversity, conservation, and the political ecology of social movements. In: *Journal of Political Ecology*. Tucson: University of Arizona, vol. 5, 1998. Disponível em: (www.library.arizona.edu/ej/jpe/vol5~1.htm).

FALEIRO, A. & G, I. R. Prefácio. In: TURA, L. R. *Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. Brasília Jurídica: Fase, 2000.

FEARNSIDE, P. M. *A floresta amazônica nas mudanças globais*. Manaus: INPA, 2003.

FERREIRA, L. da C. F. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1998.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

GLOSSÁRIO de Ecologia. Academia de Ciências do Estado de São Paulo (Aciesp), 2. ed., n. 103, 1997.

GTA. *Relatório do Encontro Regional para Região Amazônica - Proteger*. Manaus, 11-14 de dezembro de 1998b. Mimeo.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science* 162:1243-12448, 1968.

HOMMA, A. K. O. *História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio*. Brasília: Embrapa Infor. Tecnológica, 2003.

IPAM. *Relatório do I Encontro de Prevenção e Controle de Queimadas Acidentais em Áreas de Agricultura Familiar da Flona*. Santarém/Tauari/Flona, 31/05 e 01/06 de 2001. Mimeo.

LOUREIRO, M. R. *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINO, L. M. S. *Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e*

campo religioso. São Paulo: Paulus, 2003.

McCAY, B. & ACHESON, B. The question of the commons. In: *Human ecology of the commons*. Tucson, Az: University of Arizona Press, 1996.

McCORMICK, J. *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*/ Trad: Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. — Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MIRES, Fernando. *El discurso de la naturaleza: ecología y política en América Latina*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 1990.

MUELLER, C. C. Avaliação de duas correntes da economia ambiental: a escola neoclássica e a economia da sobrevivência. In.: *Revista de Economia Política*. Vol. 18, nº 2 (70), abril/junho, 1988.

NETTING, R. *Smallholders, Householders: Farm Families and the Ecology of Intensive, Sustainable Agriculture*. Stanford, Califórnia: University Press, 1993.

OSTROM, E. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. In: *American Political Science Review*, Vol. 92(1):1-22, 1998.

PÁDUA, J. A. Natureza e Projeto Nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920). In: SVIRSKY, E. & CAPOBIANCO, J. P. R. (Orgs.) *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

ROOSEVELT, A.⁹⁵ C. Determinismo Ecológico na Interpretação do Desenvolvimento Social Indígena da Amazônia. In: NEVES, W. A. (Org.) *Origens, Adaptações e Diversidade Biológica do Homem Nativo da Amazônia*. Belém-PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

SCHMINK, M. & WOOD, C. *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992.

STEWART, J. H. *Theory of culture change*. Urbana: University of Illinois Press, 1955

VIOLA, E. J. *et al. Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. 2^a ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

ZELEDÓN, R. Z. *Desarrollo sostenible e derecho agrario*. San José: Editorial Guayacán, 1998.